

M&G POLIÉSTER S.A.

CNPJ n.º 56.806.656/0001-50
NIRE 35.300.147.693

COMPANHIA ABERTA

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária/2013

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais;

2012

O ano de 2012 manteve o mesmo cenário macroeconômico do último trimestre de 2011, com a desaceleração da atividade econômica em diversos setores produtivos, refletindo diretamente no resultado do setor petroquímico. O cenário doméstico e internacional desfavorável explica também as margens internacionais reduzidas e os indicadores financeiros da Companhia.

O recuo da produção industrial brasileira no ano de 2012 e outras variáveis doméstica e externas, mesmo com as medidas tomadas pelo governo para estimular a reversão desse cenário, fizeram com que a taxa de crescimento do PIB fosse de apenas 0,9%, bem abaixo da expectativa de crescimento esperada pelo governo, que era de 4,5%.

O ano de 2012 apresenta uma redução nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2011, alinhado aos preços praticados nos mercados internacionais e acompanhando consequentemente a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster. A cotação média do câmbio mostra uma desvalorização de 16,7% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$1,9546) quando comparado com o final de 2011 (R\$1,6750). Quanto à taxa fim essa sofreu uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,0435) quando comparado como o final do ano de 2011 (R\$1,8758). Se o cenário atual for mantido a Companhia espera ter um ambiente mais competitivo para o próximo ano.

Além dos fatos macroeconômicos acima mencionados que influenciaram diretamente os negócios da Companhia no ano de 2012, outros fatos tiveram pesos importantes com reflexos diretos no desempenho dos seus segmentos de negócio.

O segmento de Resina PET no ano de 2012 teve um bom desempenho, marcado pela recuperação e crescimento contínuo dos resultados. Mesmo em um ambiente em que a indústria nacional sofreu um recuo e os volumes de importações oriundas da Ásia continuam a ser uma realidade, o Market Share do segmento Resina PET foi praticamente mantido. O segmento Fibras de Poliéster foi impactado principalmente pelo desequilíbrio causado no setor têxtil pela queda brusca do preço do algodão a

partir de 2011 deixando fortes reflexos ao longo de 2012, e os volumes elevados de importação de toda a cadeia têxtil.

2011

Em 2011 o crescimento industrial no Brasil foi modesto de 1,6%, e o da indústria de transformação foi ainda menor, de apenas 0,1%-. Apesar da produção manufatureira do primeiro trimestre do ano de 2011 ter tido um crescimento em linha com o ano de 2010, os três trimestres seguintes vieram em sentido contrário, e mesmo com uma melhora no final do ano 2011, a produção industrial mostrou uma contínua retração. Em contraste com o que se observou durante a fase mais aguda da crise internacional em 2008-2009, não foi a fraqueza das exportações de produtos industrializados que retraiu em 2011, mas o baixo crescimento industrial deve –se em grande parte pela falta de investimento no aumento da capacidade de produção, já que houve um crescimento de 4,1% do consumo das famílias.

Este crescimento do consumo das famílias repercutiu no PET que teve um crescimento de demanda.

Outros fatores que tiveram impacto no ano de 2011 foram de um lado o aumento nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2010, alinhado aos aumentos praticados nos mercados internacionais e acompanhando a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster e de certa forma as altas das cotações do petróleo (o efeito dos preços médios das matérias primas no mercado internacional teve um aumento de 32% em 2011 enquanto os aumentos da resina PET e das fibras de Poliéster no mesmo mercado foram de 30% e 25% respectivamente). Do outro lado a cotação de câmbio voltou a mostrar certa volatilidade com uma desvalorização de 12% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2011 (R\$1,87) quando comparamos com o final de 2010 (R\$1,67). Durante o ano de 2011 a cotação de câmbio manteve sempre uma valorização diante do câmbio praticado em 2010. Essa evolução foi gradativa ao longo do ano de 2011 e pode ser observada pelos valores de 1T11 R\$1,63, 2T11 R\$1,56 e 3T11 R\$1,85, com uma tendência inversa para o início de 2012 que no final de fevereiro voltou aos patamares próximos ao final de 2010 de R\$1,71.

Além dos fatos macroeconômicos acima mencionados que influenciaram diretamente os negócios da Companhia no ano de 2011, outros fatos tiveram pesos importantes com reflexos diretos no desempenho dos seus segmentos de negocio.

No segmento de Resina PET o ano de 2011 iniciou se com um bom desempenho mantendo a mesma tendência alcançada pela Companhia no ano de 2010, marcado pela recuperação e crescimento contínuo dos resultados, onde as vantagens competitivas e a contínua recuperação das margens vinham sendo mantidas. Esse bom desempenho foi interrompido no segundo trimestre, conforme fato relevante divulgado no dia 25 de abril de 2011, quando a produção na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape-PE, esteve temporariamente paralisada para implementação dos ajustes e reparos no sistema de polimerização, necessários em função do blackout, ocorrido no início de fevereiro de 2011, que atingiu a maioria dos Estados da região nordeste do país. As paralisações somaram 45 dias e geraram gastos adicionais de R\$13.743, sendo R\$8.482, reconhecido no resultado do exercício de 2011 e R\$5.261 relacionados à manutenção dos ativos. A partir do final do mês de maio de 2011, a unidade industrial da

controlada M&G Polímeros Brasil S.A. voltou a operar normalmente. No segmento de Fibras de poliéster, o 1T11 foi notavelmente positivo devido a continuidade da alta excepcional do preço do algodão que impulsionou a nível mundial a demanda da fibra de poliéster em substituição daquele produto. A partir do 2T11 houve expressiva queda no preço do algodão, afetando ao contrario, isto é, a substituição da fibra de poliéster pelo algodão.

A receita líquida da Companhia mesmo com redução do volume vendidos, alcançou no ano de 2011 R\$1.724,3 milhões, 5,1% maior que o ano de 2010.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 5,0% com relação ao ano de 2010 totalizando no ano de 2011 R\$1.388,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 3,8% da receita com relação ao ano de 2010, totalizando no ano de 2011 R\$300,5 milhões. Outras atividades tiveram um aumento de 27,0% de receitas com relação ao ano de 2010.

2010

No ano de 2010 a Companhia confirma através das suas vantagens competitivas uma melhor performance no volume de vendas e nos resultados, tendência que se manifestou já a partir do 4T09. O ano de 2009 teve início com a indústria, em âmbito mundial, vivendo uma fase de excesso de oferta. Isso levou ao fechamento de diversas plantas antigas e sem lucratividade, a maioria delas com capacidades abaixo da média (inferior a 100.000/150.000 toneladas/ano) e localizadas principalmente na América do Norte e Europa. Esse fechamento, associado com a recuperação da economia da crise econômica que se espalhou no segundo semestre de 2008 por todos os países sem exceção, trouxe de volta um equilíbrio substancial entre a demanda e a oferta, o que por sua vez, levou à melhoria de margens e a sua consolidação.

Vale lembrar também que a Companhia simplificou a partir do ano 2008 a estrutura societária visando uma melhor eficiência dos negócios e impactos positivos na esfera administrativa e de custos. A antiga Recipet – unidade de reciclagem – foi incorporada pela M&G Fibras e Resinas Ltda, utilizando os mesmos sistemas de informação e instalações administrativas, todos centralizados. O negócio de Fibras de Poliéster foi transferido para a M&G Fibras Brasil S.A. possibilitando uma melhor gestão da atividade sem a contaminação de custos das unidades de reciclagem, custos fixos da planta de PTA e da unidade de resina PET de Poços, ambas suspensas temporariamente.

O mercado brasileiro de resinas PET está sendo atendido pela planta da M&G Polímeros Brasil S.A. no Complexo Industrial e Portuário de Suape localizado no município de Ipojuca – PE. Em abril de 2009 foram implementadas as alterações no processo produtivo e ajustes nos equipamentos para ampliação da capacidade produtiva conforme anunciado no Fato Relevante de 20 de janeiro de 2009, atendendo a primeira parte da expansão da capacidade da planta de PET, das originais 450 mil toneladas para as atuais 550 mil toneladas/ano.

Em termos macroeconomico o ano de 2010 apresenta um aumento nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2009, alinhado aos aumentos praticados nos mercados internacionais e acompanhando conseqüentemente a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster e de certa forma as altas das cotações do petróleo no

mercado internacional. A cotação de câmbio mostra uma baixa volatilidade com uma valorização de 4,3% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2010 (R\$1,67) quando comparamos com o final de 2009 (R\$1,74). Durante o ano de 2010 a cotação de cambio manteve sempre uma valorização diante do cambio praticado em 2009.

A receita líquida da Companhia alcançou no ano de 2010 R\$1.640,2 milhões, 31% maior que o ano de 2009.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 33,6% com relação ao ano de 2009 totalizando no ano de 2010 R\$1.322,7 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 26,6% da receita com relação ao ano de 2009, totalizando no ano de 2010 R\$289,4 milhões. Outras atividades tiveram uma redução de 15,4% de receitas com relação ao ano de 2009.

Uma parte do crescimento da receita foi alavancado principalmente pelo aumento de volume de vendas. Outra parte do crescimento da receita deveu-se ao reposicionamento dos preços na cadeia em consequência do aumento médio do preço do petróleo.

A Companhia prima pela legitimidade de suas ações ligadas à sustentabilidade. Além de ser uma das pioneiras em reciclagem de PET no Brasil, a empresa contribui no desenvolvimento de seus processos industriais, para que sejam cada vez mais performantes do ponto de vista ambiental e de qualidade.

Intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de seus processos industriais, a reciclagem de garrafas PET continua sendo mantida como uma das áreas de dedicação da empresa. Vale registrar que em 2010, quando comparado com 2009, as vendas cativas de PET reciclado destinadas à produção de fibras sintéticas de poliéster de aplicação têxtil teve um aumento superior a 50%.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate**
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há hipóteses de resgates de ações de emissão da Companhia.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A política de gestão do endividamento da Companhia prevê a utilização de linhas de créditos explorando a capacidade de financiamento do mercado doméstico para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

A Companhia por meio do acompanhamento do seu fluxo de caixa diário somado ao “forecast” dos próximos três meses, antecipa os possíveis riscos de não cumprimento das suas obrigações. Esta visão futura permite que a Companhia tome de forma antecipada medidas para mitigar esses riscos, Uma dessas medidas é a utilização de

capital de terceiros para financiar seu capital circulante bem como para realizar parte de investimentos de longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As fontes de financiamento de capital de giro da Companhia estão divididas em Notas de Créditos de Exportação, Notas de Crédito Industrial, ACC/ACE, Financiamento a Importação, BNDES Exim e Cédula de Crédito Bancário com prazos de 1 a 3 anos. A Companhia possui uma linha junto ao FINAME para investimentos em ativos não-circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não pretende aumentar o seu nível de endividamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	Taxa efetiva média anual de juros - %	Vencimentos	Consolidado			
			31/12/2012		31/12/2011	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circular
Em moeda estrangeira:						
Financiamento a importação (Eur)	9	2017	1.847	6.266	28.871	.
ACC/ACE	6	2013	25.255	-	138	52.662
Financiamento BNDES (US\$)	8	2018	3.835	17.362	2.921	19.411
			30.937	23.628	31.930	72.072
Em moeda nacional:						
Notas de crédito de exportações	11	2013 a 2014	33.693	423	56.978	6.493
Nota de crédito industrial	10	2013 a 2014	125.818	20.300	85.977	.
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	12	2013	24.229	-	41.602	.
Finame	7	2021	380	2.412	8	2.022
Financiamento BNDES	9	2018	36.559	164.783	30.470	200.697
Financiamento BNB	8,5	2018	12.530	57.200	10.339	69.667
			233.209	245.118	225.374	278.872
			264.146	268.746	257.304	350.952

*Capital de Giro: Financiamento a importação (US\$), ACC/ACE, Notas de crédito de exportações, Nota de crédito industrial e Cédula de crédito bancário.

*Financiamentos de Investimentos: Financiamento BNDES (US\$), Financiamento BNB, Financiamento BNDES e Finame.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A controlada M&G Polímeros Brasil S.A. possui financiamentos de longo prazo com o BNDES, BNB e bancos repassadores.

Esses contratos de financiamento incluem diversas obrigações e compromissos à M&G Polímeros Brasil S.A., entre eles o de manter índice de cobertura da dívida sem caixa acumulado ("ICSD") de, no mínimo, 1,15 (um inteiro e quinze décimos) vezes nos 3 primeiros anos de amortização, e de manter esse índice em, no mínimo, 1,30 (um

inteiro e trinta décimos) vezes nos anos remanescentes dos contratos de financiamentos mencionados.

Como garantia desses financiamentos, a Companhia empenhou a totalidade de suas ações na controlada M&G Polímeros Brasil S.A.

Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração de direitos creditórios nas operações, bem como cedeu fiduciariamente direitos decorrentes de contratos por ela celebrados.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na controlada M&G Polímeros S.A., temos uma dívida de capital de giro de longo prazo, com vencimento no início de 2013, no valor de R\$ 20.723.

Na controlada M&G Fibras Brasil S.A., existe um financiamento de longo prazo, no valor de R\$ 8.678.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem algumas restrições nos contratos do financiamento de longo de prazo como mencionado acima, em especial:

Limite para contratação de dívidas de capital de giro no valor de R\$ 190 milhões. Essas restrições aplicam-se à amortização de ações e emissão de debentures.

Caso o índice de cobertura da dívida (ICD) seja inferior a 1,5 não poderão ser distribuídos dividendos, além dos dividendos mínimos obrigatórios, nem poderão ser pagos juros sobre o capital próprio ou ser aprovada a redução de capital, sem a prévia autorização dos Credores.

A Companhia empenhou a totalidade de suas ações da controlada M&G Polímeros Brasil S.A.. Essa controlada empenhou a totalidade dos ativos e da geração de direitos creditórios nas operações, bem como cedeu fiduciariamente direitos decorrentes de contratos por ela celebrados.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

A Companhia utiliza todos os limites contratados e mantém negociações constantes com as instituições financeiras do mercado para manutenção ou acréscimo de linhas de crédito na medida das necessidades da Companhia.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Principais Indicadores - Consolidado			
(R\$ milhões)	2012	2011	2010
Volumes Totais (mil toneladas)	508,7	487,6	570,7
Volume Resina PET (mil toneladas)	435,8	404,3	474,1
Volume Fibra Poliéster (mil toneladas)	66,9	74,2	86,3
Volume Outros (mil toneladas)	6,0	9,1	10,3
Receita Líquida	1.908,0	1.724,3	1.640,2
Lucro (Prejuízo) Líquido	(9,1)	(66,9)	(3,6)
EBITDA	105,6	84,3	126,6

Demonstração do Ebitda - Consolidado			
(R\$ milhões)	2012	2011	2010
Lucro (Prejuízo) Líquido	(9,1)	(66,9)	(3,6)
Resultado Financeiro	82,9	120,1	70,9
I.R. e C.S.L.L. corrente e diferido	(7,0)	(15,5)	13,9
Depreciação e amortização	39,1	51,9	49,6
Participação dos Minoritários	(0,3)	(5,3)	(4,2)
EBITDA	105,6	84,3	126,6

2012

O lucro líquido consolidado no ano de 2012 apresenta resultado negativo de R\$9,1 milhões (R\$66,9 milhões resultado negativo em 2011).

O lucro líquido no ano de 2012 foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,04) quando comparamos com o final de 2011 (R\$1,87). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$22,2 milhões. Dos R\$22,2 milhões, 47,7% (R\$10,6 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, referente a fornecimento de matéria prima e outras prestações de serviços.

2011

O lucro líquido consolidado no ano de 2011 apresenta resultado negativo de R\$66,9 milhões (R\$3,6 milhões resultado negativo em 2010).

Além da paralisação temporária na produção na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape-PE mencionada na introdução um impacto significativo no lucro líquido negativo é consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 12% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2011 (R\$1,87) quando comparamos com o final de 2010 (R\$1,67), voltando a R\$1,71 ao final de fevereiro de 2012. Este movimento do câmbio, com evidente pico no final do ano de 2011, explica a variação cambial negativa: dos R\$42,4 milhões em dezembro de 2011 (R\$2,1 milhões em 2010) somente R\$3,2 milhões (8% do total) é variação cambial realizada, ou seja, com saída de caixa, e R\$39,1 milhões (92% do total) referem-se a variação cambial não realizada, ou seja apenas com efeitos contábeis sem afetar o caixa da Companhia. Dos R\$39,1 milhões referente a parte não realizada 98,3% (R\$38,5 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, onde 36,5% (R\$14,3 milhões) desse total refere-se a saldos acumulados de transações (conforme detalhado nota explicativa 19 item b) que desde a assinatura do contrato em 2007 até a data de publicação do balanço não foram pagos, 55,9% (R\$21,9 milhões) refere-se a fornecimento de matéria prima e o restante refere-se a outras prestações de serviços.

Até o final de fevereiro de 2012, mais de 81% (USD 105,5 milhões) do saldo a pagar sobre o fornecimento de matéria prima referente a transações intercompany presentes no balanço de 2011 (base que gerou a variação cambial negativa não realizada acima mencionada de R\$ 21,9 milhões) foi pago a uma taxa de câmbio média de R\$1,754. Considerando que a taxa do dólar final de 2011 foi de R\$1,876 esse pagamento gerou em 2012 uma receita de variação cambial no resultado líquido da Companhia de R\$13,3 milhões e um desembolso de caixa de variação cambial de R\$2,0 milhões.

2010

O lucro líquido consolidado no ano de 2010 apresenta resultado negativo de R\$3,6 milhões (R\$8,9 milhões resultado negativo reapresentado com os efeitos dos ajustes da adoção inicial do IRFS em 2009). Este resultado foi impactado pelos itens não recorrentes acima mencionados; quando expurgamos este efeito o resultado líquido consolidado passa de negativo para positivo em R\$23,7 milhões (R\$13,6 milhões em 2009).

10.2 – Resultado Operacional e Financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor:

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita;
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

- b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**
- c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:**

Os itens acima estão descritos no contexto abaixo:

2012

O ano de 2012 foi marcado pela recuperação e crescimento dos resultados e volume total de vendas quando comparado com o ano de 2011. Este cenário foi marcado por dois fatores distintos: recuperação do volume de vendas no negócio Resina PET, prejudicada em 2011 pela paralisação temporária da produção da unidade industrial localizada em Suape – PE e no negócio Fibras de Poliéster pelos volumes elevados de importação de toda a cadeia têxtil.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2012 apresentou um aumento total de 4,3% com relação ao ano de 2011, alcançando 508,7 mil toneladas (487,6 mil toneladas no ano de 2011).

O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2012 apresentou um aumento de 7,8% com relação ao ano 2011, alcançando 435,8 mil toneladas (404,3 mil toneladas em 2011).

O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2012 apresentou uma redução de 9,8% com relação ao ano 2011 alcançando 66,9 mil toneladas (74,2 mil toneladas em 2011).

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 6,0 mil toneladas no ano de 2012 (9,1 mil toneladas em 2011), uma redução de 34,5% com relação ao ano de 2011.

A receita líquida da Companhia, alcançou no ano de 2012 R\$1.908,0 milhões, 10,7% maior que o ano de 2011.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 14,6% com relação ao ano de 2011 totalizando no ano de 2012 R\$1.591,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou uma redução de 2,9% da receita com relação ao ano de 2011, totalizando no ano de 2012 R\$291,7 milhões. Outras atividades tiveram uma redução de 29,5% de receitas com relação ao ano de 2011.

O EBITDA da Companhia foi positivo em R\$105,6 milhões no ano de 2012 (R\$84,3 milhões em 2011) , um aumento de 25,3 % em relação ao ano anterior.

O lucro líquido consolidado no ano de 2012 apresenta resultado negativo de R\$9,1 milhões (R\$66,9 milhões resultado negativo em 2011).

O lucro líquido no ano de 2012 foi afetado de forma significativa em consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 8,9% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2012 (R\$2,04) quando comparamos com o final de 2011 (R\$1,87). Este movimento do câmbio, explica a variação cambial negativa de R\$22,2 milhões. Dos R\$22,2 milhões, 47,7% (R\$10,6 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, referente a fornecimento de matéria prima e outras prestações de serviços.

2011

O ano de 2011 foi marcado pela redução do volume de vendas quando comparado com o ano de 2010. Esta redução a partir do segundo trimestre foi marcada por dois fatores distintos: no negócio Resina PET, pela paralisação temporária da produção da unidade industrial localizada em Suape - PE no negócio Fibras de Poliéster pela forte queda do preço do algodão a partir do 2º trimestre de 2011.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2011 apresentou uma redução total de 14,6% com relação ao ano de 2010, alcançando 487,6 mil toneladas (570,7 mil toneladas no ano de 2010).

Vale ressaltar que o ano de 2010 foi marcado por fatores conjunturais muito positivos com crescimento extraordinário do PIB brasileiro de 7,5% , onde se constatou um aumento no volume de vendas de refrigerante fora do período de sazonalidade. Esses fatores refletiram de forma positiva nos segmentos de atuação da Companhia e contribuíram para que ela atingisse volumes de venda acima da média dos últimos anos. Caso esses fatores não tivessem ocorrido, e o segmento tivesse tido um crescimento dentro de um patamar normal, o volume de vendas da Companhia no ano de 2010 teria sido de aproximadamente 485 mil toneladas, que se excluindo também os efeitos causados pela paralisação temporária da unidade industrial localizada em Suape o volume de vendas de 2011 estaria num patamar mais realista de comparação.

O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2011 apresentou uma redução de 14,7% com relação ao ano 2010, alcançando 404,3 mil toneladas (474,1 mil toneladas em 2010).

Se a paralisação temporária da planta em Suape não tivesse ocorrido o volume no segmento resina PET seria maior em 60 mil tons aproximadamente, alcançando no ano de 2011 464,3 mil tons.

O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2011 apresentou uma redução de 14,0% com relação ao ano 2010 alcançando 74,2 mil toneladas (86,3 mil toneladas em 2010).

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 9,1 mil toneladas no ano de 2011 (10,3 mil toneladas em 2010), uma redução de 11,7% com relação ao ano de 2010.

A receita líquida da Companhia mesmo com redução do volume vendidos, alcançou no ano de 2011 R\$1.724,3 milhões, 5,1% maior que o ano de 2010.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 5,0% com relação ao ano de 2010 totalizando no ano de 2011 R\$1.388,10 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 3,8% da receita com relação ao ano de 2010, totalizando no ano de 2011 R\$300,5 milhões. Outras atividades tiveram um aumento de 27,0% de receitas com relação ao ano de 2010.

O EBITDA da Companhia foi positivo em R\$84,3 milhões no ano de 2011(R\$126,6 milhões em 2010) , uma redução de 33,4% em relação o ano anterior.

Se a paralização temporária da planta de Suape não tivesse ocorrido, o EBITDA da Companhia seria de aproximadamente de R\$115,3 milhões, ou seja, um acréscimo de R\$31 milhões.

O lucro líquido consolidado no ano de 2011 apresenta resultado negativo de R\$66,9 milhões (R\$3,6milhões resultado negativo em 2010).

Além da paralização temporária na produção na unidade industrial da controlada M&G Polímeros Brasil S.A., localizada em Suape-PE mencionada na introdução um impacto significativo no lucro líquido negativo é consequência da variação cambial negativa. Como mencionado na introdução, a cotação do câmbio voltou a mostrar certa volatilidade apresentando uma desvalorização de 12% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2011 (R\$1,87) quando comparamos com o final de 2010 (R\$1,67), voltando a R\$1,71 ao final de fevereiro de 2012. Este movimento do câmbio, com evidente pico no final do ano de 2011, explica a variação cambial negativa: dos R\$42,4 milhões em dezembro de 2011 (R\$2,1 milhões em 2010) somente R\$3,2 milhões (8% do total) é variação cambial realizada, ou seja, com saída de caixa, e R\$39,1 milhões (92% do total) referem se a variação cambial não realizada, ou seja apenas com efeitos contábeis sem afetar o caixa da Companhia. Dos R\$39,1 milhões referente a parte não realizada 98,3% (R\$38,5 milhões) refere-se a transações intercompany com a controladora indireta da Companhia, onde 36,5% (R\$14,3 milhões) desse total refere-se a saldos acumulados de transações (conforme detalhado nota explicativa 19 item b) que desde a assinatura do contrato em 2007 até a data de publicação do balanço não foram pagos, 55,9% (R\$21,9 milhões) refere-se a fornecimento de matéria prima e o restante refere-se a outras prestações de serviços.

Até o final de fevereiro de 2012, mais de 81% (USD 105,5 milhões) do saldo a pagar sobre o fornecimento de matéria prima referente a transações intercompany presentes no balanço de 2011 (base que gerou a variação cambial negativa não realizada acima mencionada de R\$ 21,9 milhões) foi pago a uma taxa de câmbio média de R\$1,754. Considerando que a taxa do dólar final de 2011 foi de R\$1,876 esse pagamento gerou em 2012 uma receita de variação cambial no resultado líquido da Companhia de R\$13,3 milhões e um desembolso de caixa de variação cambial de R\$2,0 milhões.

2010

O ano 2010 foi marcado pela recuperação e crescimento dos resultados e volume de vendas quando comparado com o ano de 2009, este marcado por dois cenários distintos, o 1º semestre sendo afetado pelo auge da crise econômica mundial e o 2º semestre mostrando importantes sinais de recuperação.

Em termos macroeconomico o ano de 2010 apresenta um aumento nos preços de resinas PET e fibras de Poliéster quando comparado com o ano de 2009, alinhado aos aumentos praticados nos mercados internacionais e acompanhando conseqüentemente a tendência dos preços das matérias-primas usadas na produção de resinas PET e fibras de Poliéster e de certa forma as altas das cotações do petróleo no mercado internacional. A cotação de câmbio mostra uma baixa volatilidade com uma valorização de 4,3% do real frente ao dólar norte americano no final do ano de 2010 (R\$1,67) quando comparamos com o final de 2009 (R\$1,74). Durante o ano de 2010 a cotação de cambio manteve sempre uma valorização diante do cambio praticado em 2009.

O volume de vendas da Companhia no ano de 2010 apresentou um crescimento de 26,0% com relação ao ano de 2009, alcançando 570,7 mil toneladas (453,1 mil toneladas no ano de 2009).

O volume de vendas do negócio Resina PET no ano de 2010 apresentou um crescimento contínuo durante todo o ano de 2010, com um crescimento de 28,3% com relação ao ano 2009, alcançando 474,1 mil toneladas (369,4 mil toneladas em 2009).

O volume de vendas do negócio Fibras de Poliéster no ano de 2010 apresentou um crescimento de 20,2% com relação ao ano 2009 alcançando 86,3 mil toneladas (71,8 mil toneladas em 2009). Durante o ano de 2010 os volumes vendidos vêm apresentando um contínuo aumento, tendo um destaque no 4T10 quando foram vendidas 23,1 mil toneladas (18,7 mil toneladas no mesmo período de 2009) representando um acréscimo de 23,5%.

Outras unidades de negócios alcançaram volume de vendas de 10,3 mil toneladas no ano de 2010 (11,9 mil toneladas em 2009), uma redução de 13,4% com relação ao ano de 2009.

O grande aumento dos volumes em 2010 foi mais pronunciado no segundo semestre do ano, fortemente influenciado pela redução dos estoques face ao crescimento pronunciado do PIB brasileiro no primeiro semestre.

A receita líquida da Companhia alcançou no ano de 2010 R\$1.640,2 milhões, 31% maior que o ano de 2009.

A receita líquida com vendas do negócio Resina PET teve um aumento de 33,6% com relação ao ano de 2009 totalizando no ano de 2010 R\$1.322,7 milhões. O negócio Fibras de Poliéster apresentou um acréscimo de 26,6% da receita com relação ao ano de 2009, totalizando no ano de 2010 R\$289,4 milhões. Outras atividades tiveram uma redução de 15,4% de receitas com relação ao ano de 2009.

O EBITDA da Companhia ajustado por itens não recorrentes (provisão extraordinária para créditos tributários relativos à ICMS do estado Minas Gerais) foi positivo em R\$153,9 milhões no ano de 2010 (R\$46,4 milhões em 2009), um aumento de mais de 200% em relação o ano anterior. Considerando os itens não recorrentes (provisão extraordinária para créditos tributários relativos à ICMS do estado Minas Gerais) o EBITDA total passou de R\$153,9 para R\$126,6.

O lucro líquido consolidado no ano de 2010 apresenta resultado negativo de R\$3,6 milhões (R\$8,9 milhões resultado negativo em 2009). Este resultado foi impactado pelos itens não recorrentes acima mencionados; quando expurgamos este efeito o resultado líquido consolidado passa de negativo para positivo em R\$23,7 milhões (R\$13,6 milhões em 2009).

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras:

Em 28 de setembro de 2011, conforme fato relevante divulgado na mesma data em cumprimento a Instrução CVM nº 358/2002, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o desenvolvimento de um projeto de reciclagem na unidade industrial de Poços de Caldas - MG, o qual envolverá investimentos da ordem de R\$24.000, a serem realizados pela M&G Fibras Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pela Companhia. Do total do investimento previsto, R\$11.874 já foram realizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A nova unidade terá a capacidade de produção de 20.000 tons/ano de poliéster reciclado, entre resina PET reciclada - R-PET grau alimentício e “flakes” destinados à fabricação de fibras de poliéster. O início dos testes e da operação do Projeto deve ocorrer em maio de 2013.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis :

2012

As políticas contábeis adotadas durante o exercício findo e 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- **IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) - Impostos Diferidos** - Introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27)

sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.

- **IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação - Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos.** A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia e suas controladas não possuem ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

2011

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2010.

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a adotar as melhorias e emendas emitidas pelo IASB para o IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros e o IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, as quais não impactaram as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011. As alterações introduzidas pelo IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo não impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. A adoção do IAS 24 revisado, obrigatória para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011, não resultou em impactos nos números da Companhia, tendo resultado apenas em melhoria nas divulgações de partes relacionadas, refletidas na nota explicativa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos CPC, incluindo os novos pronunciamentos do CPC vigentes para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2010

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos CPC, incluindo os novos pronunciamentos do CPC vigentes para os exercícios iniciados a

partir de 1º de janeiro de 2010 e normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Sendo assim, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas cumprindo todas as normas previstas nos CPCs e IFRS para o período iniciado em 1º de janeiro de 2009, data da transição para os novos CPCs e IFRS. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2009 não existem mais diferenças entre o resultado e o patrimônio líquido da controladora pela legislação societária e o das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

2012

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve mudanças com efeitos significativos nas práticas contábeis adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2011.

2011

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve mudanças com efeitos significativos nas práticas contábeis adotadas pela Companhia até 31 de dezembro de 2010.

2010

Segue abaixo a reconciliação dos patrimônios líquidos originalmente apresentados referentes a 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, e do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, com os respectivos valores apurados após a adoção das novas práticas contábeis:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
	Prejuízo líquido	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldo antes dos efeitos das novas práticas contábeis	(2.332)	193.897	196.229	(2.332)	209.680	214.617
Imobilizado (a)	-	-	-	(7.676)	58.815	66.492
Ativo diferido (b)	-	-	-	2.841	(6.397)	(9.238)
Imposto de renda e contribuição social diferido (c)	-	-	-	(1.696)	(1.204)	491
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial (d)	(6.531)	51.214	57.745	-	-	-
Participação de acionistas não controladores (e)	-	-	-	-	6.365	6.365
Saldo após os efeitos das novas práticas contábeis	(8.863)	245.111	253.974	(8.863)	267.259	278.727

As novas práticas contábeis que impactaram o resultado das demonstrações financeiras da Companhia no encerramento do exercício são:

- a) as controladas M&G Fibras e Resinas Ltda. e Tereftálicos Indústria Química Ltda fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 27 (IAS 16) e reavaliaram suas classes de ativos de terrenos, edifícios e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios para atribuir um novo custo (deemed cost), atribuindo a essas classes uma nova vida útil remanescente. A M&G Polímeros efetuou revisão das estimativas de vida útil de alguns bens do ativo imobilizado considerando que em seu ativo imobilizado existem componentes com custo significativo em relação ao custo total do ativo principal. Os efeitos foram inclusos em outros resultados abrangentes;
- b) o ativo diferido da Companhia era representado pelos gastos pré-operacionais necessários à implantação e organização da controlada M&G Polímeros Brasil S.A. incorridos, até 2008, que não são atribuíveis a itens do imobilizado da planta. A Companhia optou por baixar os saldos anteriormente reconhecidos no grupo do ativo diferido;
- c) o ajuste e realização do imposto de renda diferido sobre os ajustes em função da adoção dos novos pronunciamentos;
- d) foram reconhecidos através de equivalência patrimonial os efeitos do reconhecimento das novas práticas contábeis das controladas da Companhia;
- e) os efeitos da reavaliação das classes de ativos do imobilizado, conforme descrito no item “a” acima foram refletidos na participação de acionistas não controladores;
- f) a reclassificação dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos que anteriormente era apresentado no grupo de ativo circulante para o grupo de ativo não-circulante.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

2012

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em

controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

2011

Ênfase

Conforme divulgado em notas explicativas as Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da M&G Poliéster S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

2010

Ênfase

Conforme divulgado em notas explicativas as Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC , e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere á avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido na legislação brasileira, enquanto que para fins de IFRS (normas contábeis internacionais) é requerido a avaliação do investimento pelo custo ou valor justo.

Desta forma entendemos como adequada a ênfase incluída no parecer emitido em 24 de março de 2011.

10.5 – Políticas Contábeis Críticas

10.5 – Políticas contábeis críticas:

Para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, foi necessário que nós os diretores, em conjunto com a Administração utilizássemos alguns julgamentos, estimativas e premissas. Assim, as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores

duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, tais como, perdas em estoque, provisões, realização de créditos tributários e obrigações legais vinculadas a processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Apresentação de informação por segmentos

A Companhia apresenta informações por segmento operacional ou unidade de negócio, com base nas informações regularmente revistas pelo principal gestor de suas operações, para a avaliação do seu desempenho e para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e de acordo com o CPC 22 e IFRS 8.

b) Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e suas controladas.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional e registradas pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos a taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos na demonstração do resultado, os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda estrangeira.

c) Reconhecimento de receita

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado, sendo calculada com base método dos juros efetivos.

d) Incentivos de ICMS - Prodepe

Os benefícios advindos do incentivo de ICMS - Prodepe são registrados quando realizados a crédito da rubrica “Impostos sobre vendas” na demonstração do resultado.

e) Julgamentos, estimativas e praticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessária a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de determinados ativos, passivos e outras transações. A Administração da Companhia para definir tais estimativas e premissas, baseou-se em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados fatos e circunstâncias. As premissas das estimativas são revisadas trimestralmente, e caso seja necessário, as mudanças são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada, porém mesmo que estas premissas e estimativas sejam revisadas pela Administração, os resultados reais podem ser diferentes dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

Segue abaixo os critérios de estimativas e premissas mais relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras:

- *Provisão para perdas com créditos*
Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.
- *Vida útil dos ativos de longa vida*
A Companhia reconhece a depreciação ou amortização dos ativos de longa vida com base em vida útil estimada, que representa as práticas da indústria e sua experiência. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.
- *Obrigações legais vinculadas a processos judiciais*
As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração e podem diferir dos resultados reais futuros.
- *Imposto de renda diferido*
O método passivo de contabilização é usado para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade do montante a registrar do ativo fiscal.

f) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da M&G Poliéster S.A. e das seguintes controladas cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação no capital social total - %			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M&G Polímeros Brasil S.A.	100,00	-	100,00	-
M&G Fibras e Resinas Ltda.	99,99	-	99,99	-
M&G Fibras Brasil S.A.	-	99,99	-	99,99
Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda.	51,00	-	51,00	-

As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição e de incorporação, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas e na consolidação são eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos ativos e passivos, os resultados não realizados e os efeitos, na demonstração do resultado, de transações efetuadas entre essas empresas. A participação dos acionistas não controladores foi destacada nas demonstrações financeiras consolidadas.

10.6 Controles internos relativos á elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;

A Administração da Companhia é responsável por implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos para assegurar a elaboração das Demonstrações Financeiras.

A avaliação dos controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os controles internos da Companhia que visam assegurar a elaboração das demonstrações financeiras incluem principalmente as políticas e procedimentos que (i) se relacionam aos processos de negócios que refletem as transações de entrada de mercadorias, administração dos estoques, reconhecimento de receita, os fluxos de pagamento e recebimento; (ii) se relaciona à processos contábeis e de elaboração dos relatórios financeiros que visam garantir que as transações são registradas de forma a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos; (iii) se relaciona à impostos que refletem às apurações e

compensações de acordo com a legislação vigente: (iv) se relaciona à revisão trabalhista que refletem a política de recursos humanos, remuneração e benefícios; (v) se relaciona à controles do ambiente de processamento informatizado que refletem a segurança física, acesso lógico, cadastros de usuários do sistema aplicativo e da rede, implementação desenvolvimento e manutenção de sistemas aplicativos e plano de continuidade de negocio.

A Companhia para minimizar possíveis falhas nesses controles está sujeita a auditorias periódicas realizadas pela Companhia. Além das revisões internas, a Companhia utiliza se do trabalho da revisão dos controles internos feita pelo auditor independente para correções devidas no processo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internam presentes no relatório do auditor independente:

A administração analisou as recomendações sobre os assuntos relacionados aos controles internos apontados pelos auditores independentes da Companhia e avaliou que não houve comentários significativos que pudessem impactar a avaliação da Administração de Companhia em relação á eficiência dos controles internos que pudessem resultar em distorções relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não houve outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não houve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 – Plano de negócios

Até a data da apresentação da Proposta da Administração não há plano de negócios.

10.11 – Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que a Companhia julgue ter influência relevante.

Proposta de Remuneração Global para os Membros da Administração

Art. 12, I da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009

Considerando que a **M&G POLIÉSTER S.A.** (“M&G Poliéster” ou “Companhia”) é uma sociedade não operacional e que as atividades desenvolvidas pelos seus Administradores não são remuneradas pela Companhia, mas pagas diretamente pela respectiva sociedade na qual o Administrador desempenha as suas funções, a Administração, vem, em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 481/2009 e ao artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, propor que não haja remuneração a ser paga pela Companhia aos seus Administradores para o exercício social de 2013.

Assim, nos termos do artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481/2009, disponibilizamos aos Acionistas as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência no Anexo à presente Proposta.

ARTIGO 12, INCISO II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- Os membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária não recebem remuneração pelo exercício do cargo.
- Os membros do Conselho Fiscal possuem remuneração fixa, seguindo o percentual mínimo exigido na Lei nº 6.404/1976.
- A Companhia não possui comitês.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Não aplicável.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

não aplicável.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total?

Os membros do conselho fiscal recebem o mesmo percentual da remuneração total.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Não há.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

Não há.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não há.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não há.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

Não há.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal¹:

¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

2013	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)*	Total*
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	330.000,00	330.000,00

2012	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)*	Total*
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	322.200,09	322.200,09

2011	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)	Total
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	298.000,00	298.800,00

2010	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)	Total
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	298.800,00	298.800,00

2009	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)	Total
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	262.098,72	262.098,72

13.2. Outros

Custos sociais, inclusive previdenciários, nas despesas remuneratórias atribuídas aos membros do conselho fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais e a remuneração prevista para o exercício social corrente, caso o conselho fiscal seja instalado

Ano base	2010	2011	2012	2013 (previsão)
Valor bruto	298.800,00	298.800,00	322.200,09	330.000,00
INSS 11%	59.760,00	59.760,00	64.440,02	
INSS Patronal	8.462,46	13.091,68	14.606,66	

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais²:

Não há.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

O Sr. Lineu Jorge Frayha é titular de 4.030 (quatro mil e trinta) ações ordinárias de emissão da Companhia.

O Sr. João Luis de Freitas Teixeira é titular de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

O Sr. José Veiga Veiga é titular de 108.060 (cento e oito mil e sessenta) ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os demais membros do Conselho de Administração e os respectivos suplentes detêm, cada um, uma ação de emissão da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 11º do Estatuto Social da Companhia.

Quantidade de ações agrupadas por órgão:

Órgão	Quantidade de Ações
Conselho de Administração	112.097
Conselho Fiscal	0
Diretoria Estatutária	112.091

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não há.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

Não há.

13.11. Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2012	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)	Total
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	322.200,09	322.200,09

2011	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)	Total
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	298.000,00	298.000,00

2010	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Executiva (anual)	Conselho Fiscal (anual)	Total
Número de membros	04	03	03	10
Remuneração (em R\$)	ZERO	ZERO	298.000,00	298.000,00

Observação: Tendo em vista que, conforme consta das tabelas acima, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria sempre foi zero, não há o que se falar em remuneração máxima, mínima e média. Da mesma forma, uma vez que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é sempre fixa, não há o que se falar em remuneração máxima, mínima e média.

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para a Companhia:

Não há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não há.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Não há.

Informações referentes aos candidatos a membros titulares e suplentes, indicados para composição do Conselho Fiscal, caso este seja instalado na Assembleia Geral Ordinária da M&G Poliéster S.A. em 2013.

Candidato	CPF	Indicação	Cargo	Prazo do mandato	Condenação nos últimos 5 anos
Jorge Michel Lepeltier	070.190.688-04	Indicado pelo controlador	Presidente	1 ano	não
Aurélio Belarmino Barbosa	050.837.708-06	Indicado pelo controlador	Membro	1 ano	não
José Antonio de Assis	044.964.428-68	Indicado pelo controlador	Membro	1 ano	não
Eliane Montovan	265.365.588-80	Indicado pelo controlador	Suplente de Jorge Michel Lepeltier	1 ano	não

José Rosolini Netto	044.964.428-68	Indicado pelo controlador	Suplente de Aurélio Belarmino Barbosa	1 ano	não
Antonio Waldemar Antunes	097.721.548-20	Indicado pelo controlador	Suplente de José Antonio de Assis	1 ano	não

Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência referentes aos candidatos a Presidente, Vice-presidente, Conselheiros e seus respectivos suplentes do Conselho de Administração

12.6 / 8 – Composição e experiência profissional

LORENZO MONTAGNA – Passaporte nº F979330, 54 anos, italiano, economista graduado pela Università Bocconi (Italia - 1983). Trabalhou em diversas indústrias químicas, na Itália e no exterior, tais como: Ciba-Geigy, Ciba Specialty Chemicals and Huntsman Chemical Co. Iniciou sua carreira na Ciba-Geigy na área de finanças onde rapidamente se tornou CFO do Grupo na Itália. Posteriormente, ocupou diversos cargos em diferentes funções, finalizando a carreira como Gerente Geral com responsabilidades internacionais. Iniciou suas atividades no Gruppo Mossi & Ghisolfi em 2005 e desde essa data é o Diretor Estratégico Corporativo. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Prazo do mandato: 3 anos.

MARCO TOSELLI – Passaporte nº Y398021, 50 anos, formado em Economia pela Universidade Bocconi (Itália) (1985) e em Geografia pela Universidade de Gênova (Itália). Kursou MBA em Finanças e Negócios Internacionais na Universidade Columbia (EUA). Atua no Gruppo Mossi & Ghisolfi desde novembro de 1999, tendo trabalhado antes desta data nas Empresas Montedison S. A., McKinsey & Co. e EBRD em Londres, Kiev em Ljubljana onde atuou como Banqueiro Sênior. Atualmente ocupa o cargo de Gerente de Finanças & Controladoria da Corporação, reportando-se ao Planejamento Estratégico & Finanças Corporativo, tendo sido eleito como Vice-Presidente do Conselho de Administração da M&G Poliéster S.A. (denominada anteriormente Rhodia-ster S.A.) em outubro de 2003. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração. Prazo do mandato: 3 anos.

ANDREA MARIA CAPERDONI – CPF nº 231.179.598-90, 46 anos, italiano, economista graduado pela Università Commerciale Luigi Bocconi (1994). Iniciou suas atividades no Gruppo Mossi & Ghisolfi, Itália em 1994 na área Financeira depois de uma curta experiência em consultoria e auditoria. Desde 2004, tem trabalhado como Diretor Financeiro para empresas do Gruppo M&G. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração. Prazo do mandato: 3 anos.

JOSÉ VEIGA VEIGA – CPF nº 638.791.668-20, 64 anos, Engenheiro Mecânico formado pela Universidade de São Paulo (1972). Exerceu cargos no Grupo Rhodia desde 1973,

onde trabalhou na função de Engenheiro Trainee, passando a Engenheiro de Serviços de Gestão Industrial e em 1977 a Chefe de Serviços de Controle e Gestão; assumindo, em 1978, o cargo de assessor Org. e Gestão e, em 1979, como Chefe do Departamento Adm. e Financeiro. Passou a exercer a função de Gerente de Desenvolvimento e Marketing, em 1982 e a de Gerente Comercial, em 1986. De 1986 a 1997 ocupou o cargo de Gerente de Planejamento e Controle Inv., ocupando o cargo de Diretor da M&G Poliéster S.A. (anteriormente denominada Rhodia-ster S.A.) desde 1997. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores além de ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da M&G Poliéster S.A. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração. Prazo do mandato: 3 anos.

MARIO BARBIERI – Passaporte nº YA1138981, 54 anos, italiano, engenheiro químico formado pela Politécnica de Milão/ Itália. Trabalhou por 2 anos na SIPET e durante 14 anos no Grupo Shell, a saber: Em Milão como Gerente Produto e Negócio PET, em Paris como Gerente de Marketing, e em Londres como Gerente Comercial PET e Diretor Global de Vendas e Marketing PET. Ingressou no Gruppo M&G em Milão em Junho de 2002 e desde essa data é o “Supply Chain & Procurement Director” do Negócio PET. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Suplente do candidato a Presidente do Conselho de Administração Lorenzo Montagna. Prazo do mandato: 3 anos.

LINEU JORGE FRAYHA – CPF nº 016.734.618-08, 55 anos, brasileiro, Engenheiro Mecânico graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP, em 1980, e em 2000 obteve o diploma de MBA pela FEA – USP – Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Paulo. Antes de ingressar no Gruppo M&G em 2002, exerceu vários cargos: de 1981 à 1987 trabalhou na Engesa Eng. Especializados S/A como engenheiro de Projetos Sênior. Em 1987 ingressou na Celbras Ind. Química e Têxteis Ltda como Engenheiro Sênior de Projetos e Processos na fábrica de Poços de Caldas. Em 1994 ingressou na Rhodia-ster, passando por diversas experiências, incluindo responsabilidades nas linhas SSP da fábrica de Poços de Caldas, como Gerente de Confiabilidade Industrial e de Projeto na Rhodia-ster e como Gerente de Engenharia na Rhodiaco. De 2002 à 2008 atuou como Gerente Geral na Rhodiaco/Tereftálicos, reportando-se ao Diretor Global de Fabricação da BU Polímeros PET da M&G. Em junho de 2009 foi eleito Diretor Estatutário da M&G Poliéster S.A; da M&G Fibras Brasil S.A; da M&G Resinas e Participações Ltda; e da Tereftálicos Indústrias e Participações Ltda. Em setembro de 2009 foi eleito Gerente Geral Assistente da Tereftálicos Indústrias Químicas Ltda. Ademais exerce a função de CEO do negócio fibras e PTA do Gruppo M&G no Brasil. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Suplente do candidato a Vice-Presidente do Conselho de Administração Andrea Maria Caperoni. Prazo do mandato: 3 anos.

TERESA CRISTINA PEREZ RIBEIRO OLIVEIRA – CPF nº 026.030.788-28, 51 anos, brasileira, formada em administração pela Faculdade Independente Butantã, CRA-SP 97172. Trabalhou no SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1980-1983), nas áreas de câmbio e comércio exterior do Banco do Brasil (1983-1995), no departamento financeiro e importação da Rhodia-ster Fipack S.A (1996-2000), na área de importação da Rhodia-ster Fibras e Resinas Ltda (atualmente M&G Fibras e Resinas) e importação da M&G Polímeros Brasil S.A. (2000 até a presente data), onde hoje exerce a função de gerente sênior de Importação, Exportação e Logística, tendo sido eleita como suplente Vice-Presidente do Conselho de Administração da M&G Poliéster S.A em abril

de 2012. Indicada pelo Controlador para exercer o cargo de Suplente do candidato a Vice-Presidente do Conselho de Administração Marco Toselli. Prazo do mandato: 3 anos.

JOÃO LUIS DE FREITAS TEIXEIRA – CPF nº 011.751.678-35, 53 anos, formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984). Coursou também o Programa de Desenvolvimento de Executivos da Fundação Dom Cabral e o curso de Contabilidade e Administração Financeira da Fundação Getúlio Vargas. Iniciou suas atividades na Celbrás em 1991, onde exerceu as funções de Advogado Sênior. Na Rhodiaster, foi Assessor Jurídico Sênior, Consultor Jurídico e Gerente Jurídico. Atualmente é Diretor Jurídico Estatutário do Gruppo M&G no Brasil. Indicado pelo Controlador para exercer o cargo de Suplente do candidato a Conselheiro do Conselho de Administração José Veiga Veiga. Prazo do mandato: 3 anos

12.7 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Não há.

12.9 – Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Os membros do Conselho de Administração Lorenzo Montagna, Marco Toselli, Mario Barbieri, Andrea Maria Caperdoni são empregados de controladora da Companhia e os demais membros (titulares e suplentes) são empregados de controladas da Companhia.